

Orçamento 2025-2026

Parecer do Conselho Fiscal

Introdução, Âmbito e Responsabilidades

1. O Conselho Fiscal, no exercício das suas competências estatutariamente definidas, após análise da documentação preparada e elaborada pela Direção, vem emitir parecer relativo à proposta de Orçamento para o ano que medeia entre 1 de outubro de 2025 e 30 de setembro de 2026.
2. É da responsabilidade da Direção a gestão corrente da Associação, bem como elaborar e submeter à aprovação um Orçamento anual, em função do Plano de Atividades apresentado em Assembleia Geral para o mesmo ano.
3. Ao Conselho Fiscal incumbe fiscalizar o cumprimento das atribuições da Direção, em particular no que concerne à apresentação do Orçamento, cabendo-lhe emitir parecer sobre o mesmo, previamente à sua aprovação em Assembleia Geral.

Considerações gerais

4. O Orçamento agora apresentado, salvo as exceções apresentadas em seguida, assenta essencialmente numa estrutura de custos que está em linha com as despesas incorridas em anos anteriores, com alguns ajustes necessários que se justificam com ganhos de eficiência, por um lado, ou com a inflação dos preços de determinados bens e serviços, por outro.
5. O Orçamento 2026 apresenta um resultado esperado negativo de cerca de **8.327,00 €**, o que corresponde a parte do valor inicial de Reserva, pelo que se prevê e se assume como objetivo a sua diminuição durante o exercício que agora tem início em favor dos sócios.
6. Este resultado negativo assenta na existência de aumentos de despesa pontual:
 - a) Realização de um 11º campo de verão (despesa pontual), tendo em conta o estudo de sócios feito pela Direção e respondendo à procura e vontade dos sócios;
 - b) Investimento em material necessário para os campos (despesa pontual);
 - c) Valor elevado da rubrica “Provisões” (despesa pontual).
7. Assim, o resultado negativo esperado permite reduzir a reserva disponível (como se pretende), realizando despesas em favor dos sócios.

Reservas e recomendações particulares

8. Relativamente à rubrica “Provisões”, recomendamos vivamente que se estabeleçam procedimentos para que se eliminem (ou, pelo menos, se diminuam significativamente) os valores elevados que aqui se apresentam. Ainda que um novo estudo de mercado possa ser importante para este assunto – foram registados resultados positivos com a alteração de empresa – acreditamos que o principal a fazer será apostar na sensibilização dos animadores. A Tesouraria e os sócios não podem ser constantemente surpreendidos com multas e faturas por pagar.
9. No que diz respeito ao aumento do número de campos, é importante reforçar que esta não é uma mudança estrutural, mas uma despesa que tem em conta a especificidade deste ano. Sabendo que esta mudança responde à vontade e pedidos dos sócios, pedimos à Direção que faça uma boa gestão das despesas e que garanta que consegue assegurar todos os recursos (humanos, materiais e financeiros) necessários à concretização de mais um campo.
10. Em relação ao Telemóvel para a Associação, ressalvamos, uma vez mais, a necessidade de se arranjar uma solução permanente durante este ano. Este assunto tem vindo a ser adiado ao longo dos últimos anos, pelo que é de extrema importância que seja resolvido. Tendo em consideração que a secretaria tem trabalho constante e intenso ao longo do ano, e para que o assunto se possa resolver rapidamente, propomos que outro elemento/pasta da direção seja responsável por subscrever este serviço, mesmo sabendo que os membros da secretaria serão os principais beneficiários desta medida.
11. Propomos ainda que para o próximo ano se faça uma revisão geral das rubricas presentes no orçamento e relatório e contas apresentados, pois há várias rubricas que estão obsoletas, outras que deveriam ser acrescentadas e ainda outras que beneficiariam de uma subdivisão.
12. Por último, em relação ao valor presente na reserva, reforçamos que deverá continuar a ser gasto em favor dos sócios.

Ênfases

13. O Conselho Fiscal louva e realça o grande cuidado, tempo e trabalho investidos na elaboração deste Orçamento, sobretudo a atenção em ajustar e aproximar os valores das rubricas em relação aos relatórios de contas de anos anteriores.
14. Acolhemos com agrado que o CAMTIL aumente o valor atribuído ao Campo de Trolhas, sinal de que a Associação está comprometida com a formação animadores e com atividades que promovam o Serviço, um dos seus pilares.
15. Relativamente ao aumento pontual do Donativo Companhia, consideramos positivo, pois vai ao encontro dos interesses dos sócios e da Associação.

16. Em relação às Atividades Nacionais, louvamos a realização de apenas 3 Camtilândias, em vez das 4 realizadas no ano anterior. Esta diminuição garante maior qualidade e sustentabilidade destas atividades.
17. Por último, elogiamos o levantamento que foi feito do material da garagem e a avaliação das necessidades concretas, que estão espelhadas no orçamento. Além disso, consideramos positiva a alteração do tipo de despesas a incluir nas rubricas da renovação, e investimento de material, proposta pela Tesouraria. Após bastante insistência do Conselho Fiscal ao longo dos últimos anos, foram finalmente criados processos para criar um inventário e histórico do material do CAMTIL, de forma a trazer maior rigor às contas de material e transmitir um retrato real do estado do mesmo. Encorajamos a Direção e a Pasta do Material a continuar o bom trabalho nos anos vindouros.

Parecer

18. Considerando o atrás exposto, relembando as reservas atrás mencionadas, o Conselho Fiscal recomenda à Assembleia Geral a **aprovação** do Orçamento para o ano de 2026.

18 de novembro de 2025,

Sofia Telles de Freitas

Isabel Sousa Guedes

Bernardo Mendes de Almeida